

## opinião

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL  
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Fries  
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila  
SUPERINTENDENTES Carlos Fomes de Leon e Iadil Brito  
CONSELHO EDITORIAL Fernando Elumant, Ildil Schwartzman,  
Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano,  
Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pêssio Arão, Ronaldo Lemos,  
Thiago Amparo, Luis Fries e Sérgio Dávila (secretários)  
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu  
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacini (finanças, planejamento  
e novos negócios) Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais),  
João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benes (comercial)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Pressão de servidores  
amplia distorções

Negociações salariais no varejo criam benefícios a esmo sem estimular produtividade; reforma administrativa ampla se mostra inevitável

A recusa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em discutir uma ampla reforma administrativa vai se mostrando insustentável diante de demandas crescentes do funcionalismo, que busca benefícios com ameaça de paralisações.

As custas das negociações no varejo são ampliadas distorções que se resolve o problema de fundo — atender bem o cidadão e ampliar a produtividade do serviço.

O caso da Receita Federal é didático. Após 45 dias de paralisação, auditores do fisco foram vitoriosos e passaram a receber um bônus de produtividade. Mas a benesse pode induzir os servidores a efetuarem mais autuações, em direção contrária ao proclamado objetivo da autarquia de maior cooperação com contribuintes.

Ademais, o adicional é estendido a toda a categoria, não aos trabalhadores mais produtivos, e válido para aposentados e pensionistas — um disparate óbvio.

Mecanismos de incentivo são capturados por todos, quando seriam direcionados aos bons servidores a partir de critérios objetivos de avaliação, que existem atualmente no serviço público.

Abusos por complementos salariais desconectados dos objetivos do Estado vem se generalizando. Funcionários do Banco Central ameaçam uma paralisação neste mês em busca de um bônus, que,

sem métricas adequadas de avaliação, será mais um novo direito adquirido para toda a categoria.

O Poder Judiciário multiplica seus pendurais de forma pouco transparente e com governança precária. Advogados da União recebem adicionais de sucumbência (quando a parte perdedora numa ação paga as custas), cujos valores deveriam ir para o Estado.

O Ministério da Gestão e Inovação concentra as negociações com as carreiras, mas não consegue escapar das pressões do funcionalismo se não abrir espaço para um amplo redesenho do setor.

As medidas necessárias são conhecidas. Unificação de carreiras para maior flexibilidade no uso de recursos humanos, corte nos salários de entrada, hoje elevados no caso do Executivo federal, redução do alcance da estabilidade e regulamentação da avaliação de desempenho prevista na Constituição.

No Legislativo tampouco se vê disposição efetiva. Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, chegou a dizer que o tema precisa avançar. Mas em palavras e ações há uma grande distância e, até agora, o fôco de Lira está em ampliar seu poder sobre emendas parlamentares.

A reforma administrativa é urgente e uma demanda crescente da sociedade. O governo não pode se render a pressões corporativistas que só ampliam distorções.



## Mortes suspeitas na Rússia

Lygia Maria

O Muro de Berlim caiu em 1989 e a URSS se desfez em 1991, mas a infração de direitos humanos e das liberdades de imprensa e de expressão, marca do regime totalitário socialista, ainda vigora na região.

Em 2021, Dmitri Muratov, então chefe do jornal russo Novaya Gazeta, foi laureado com o prêmio Nobel da Paz. Desde a sua fundação em 1991, seis jornalistas do veículo haviam sido assassinados.

No mesmo ano, relatório do Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ) mostrou que, desde 1992, 58 profissionais de imprensa foram mortos por realizar seu trabalho na Rússia, que figurava em 11º lugar no ranking do CPJ de nações em que mais homicídios de jornalistas ficaram impunes, com seis óbitos.

Mortes suspeitas e não solucionadas são uma tradição no país governado pelo autocrata Vladimir Putin. A guerra contra a Ucrânia agravou o problema. Desde o início do conflito, ao menos dez empresários e oligarcas russos morreram em condições no mínimo nebulosas. Cairam

de janelas, de escadas ou teriam cometido suicídio após assassinarem suas famílias — dois desses casos ocorreram em menos de 48 horas. A morte de Alexei Navalni, ativista crítico a Putin, em uma colônia penal no Círculo Polar Ártico que nos anos 1990 havia sido um Gulag soviético, tem chances de entrar na lista. Contudo, dado o caráter autoritário do regime, o mais provável é que nunca seja esclarecido.

Centenas de pessoas já foram presas apenas por fazerem vigília por Navalni e a repressão à atividade jornalística piorou nos últimos anos. Segundo a organização Repórteres sem Fronteiras, "a guerra na Ucrânia permitiu ao Kremlin iniciar em 2022 a operação final de limpeza do panorama midiático russo". No Índice de Liberdade de Imprensa de 2022 da entidade, a Rússia ocupa o 164º lugar entre 180 países, 14 posições abaixo da colocação em 2021.

Democracia não se resume a direitos. Sem uma imprensa livre, não há liberdade sobre os atos do Estado, que fica livre para agir nas sombras,

## Ataque à democracia

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escrito na segunda-feira.

Já discuti na coluna os riscos à democracia no Brasil. Argumentei que muitos analistas os exageraram. Há uma onda revisionista que traz evidências de que estes riscos são menores do que se pensava. Steve Levitsky, autor de "Como as Democracias se Morrem", reconheceu que "a erosão democrática no presente século tem sido modesta", e que o exagero se devia à eleição de líderes com tendências autocráticas, o que de fato "aumentou os riscos de erosão, mas não equivale a evidência de colapso". E conclui que os casos de erosão têm vida breve em sua vasta maioria e eclipsam os numerosos casos de avanços.

As informações trazidas à tona pela investigação reforçam estas conclusões. A democracia brasileira não morreu. As razões para sua sobrevivência são de natureza institucional, social e estratégica. Um presidente hiperminoritário foi domado por um Legislativo autônomo e poder judiciário independente, não por indivíduos.

E claro, Forças Armadas razoavelmente profissionalizadas em um quadro onde não há riscos geopolíticos críticos, associados à Guerra Fria, como no passado. Assim se soma uma sociedade civil complexa e elites empresariais e políticas majoritariamente contrárias à fratura da ordem política.

Investigação humana o papel de atores individuais é crucial para responsabilização penal. Mas não agregam informação institucional nova sem detalhes; tem assim pouca valia para a análise da sobrevivência da democracia. Decisões tomadas por um ator adquirem sentido em função do contexto. Por exemplo, em um país pobre em tradição democrática, sociedade civil débil, e instituições frágeis, elas têm significado intrinsecamente distinto onde estes parâmetros são outros. E o cálculo estratégico dos atores é condicional a estes parâmetros.

Se a não adesão individual a uma conspiração se deve ao risco envolvido; a sua baixa probabilidade de sucesso e, portanto, temor de punição futura; ou a preferências normativas pela democracia; o não evento (morte da democracia) é o resultado que interessa. E mais: a não consumação da aventura não é garantia que teria sido exitosa.

Sim, os indivíduos importam. Kurt Weyland argumenta que os líderes populistas são inaptos, o que acarreta consequências em vários níveis: são inábeis para montar e gerir coalizões; são mais propensos em aderir a propostas de políticas públicas deficientes ou deslocadas; são mais avessos ao longo prazo, mas serão contrários. Mas por que esse formalismo dos seus discursos e retórica estapafúrdia de Bolsonaro durante a pandemia, sua inabilidade em forçar coalizões; o ataque desatrelado ao voto eletrônico em um sistema que não tem consenso sobre o mesmo etc.

## Na mira do ódio

Ana Cristina Rosa

A explosão dos casos de racismo religioso é mais um exemplo do quanto nossos mecanismos legais carecem de efetividade e de como é difícil nutrir valores democráticos num ambiente influenciado pelo extremismo.

As queixas contra esse crime aumentaram 61% em 2023 (disque 102). Mas a maior parte das denúncias apresentadas não se transforma em inquéritos e boa parte dos inquéritos não serve de base a ações penais, porque há um problema "porta de entrada", segundo a "legaltech" Jusficial.

E num país onde tem mais instituições religiosas (579,8 mil) do que escolas (564,4 mil), segundo o IBGE, o discurso do ódio é um agravante. Serve de "elemento de corrosão da democracia", como diz o diretor-executivo da Jusficial, jurista Hélio Silva Júnior. "Nasce nas denominações neopentecostais — que ultrajam religião alheia, vai para política e se impõe ao poder pela maior bancada do Congresso".

No relatório "Panorama geral do contexto de racismo religioso no

Brasil", as entidades Criola, Ilê Axé Omoluwatô e Ilê Axé Otonô Ogun síngu apontam a necessidade de reconhecer o impacto da intensificação de nichos de negação do Estado com religiões judaico-cristãs. Seja por oportunismo ou ignorância, a naturalização do desprezo com as religiões de matriz africana transforma o povo de terreiro em alvo preferencial de ataques físicos e dogmáticos. Sacerdotes e praticantes são ameaçados, violentados e mortos. Imagens de Orixás e locais de culto são vandalizados.

Nessa toada, em 2024 o racismo e a intolerância se apresentaram ao público em ritmo de quê music. No Carnaval de Salvador, uma cantora consagrada reverenciada do Orad antes de se converter ao neopentecostalismo se achou no direito de mudar a letra de um hit para não saudar fêmeia.

O racismo religioso é mais um obstáculo à concretização da democracia e dos direitos humanos no Brasil. Mas, na atual cadência, "só Jesus na causa" (contém ironia).

## Deliciosas efemérides

Ruy Castro

Efemérides. Como todo jornalista, sou louco por elas, porque nos permitem escrever sobre algo importante acontecido há 50, 100 ou 200 anos. Neste sentido, 2024 será formidável. Há 100 anos ou teremos os cem anos do lançamento do Manifesto Surrealista por André Breton, da estreia de "Rhapsody in Blue", de George Gershwin, da morte de Kafka, da produção em massa do Band-Aid, do primeiro eletroencefalograma, de filmes como "O Anel dos Nibelungos", de Fritz Lang, "A Última Gargalhada", de F. W. Murnau, e "O Ladrão de Bagdá", de Raoul Walsh, e da casquinha de sorvete.

A sua memória, o Brasil também foi um fuzil em 1924. Foi o ano da Revolta Paulista, o segundo levante militar contra as oligarquias que atravessou o país (o primeiro foi o dos 18 do Forte de Copacabana, no Rio, em 1913). Os rebeldes tomaram São Paulo, espantaram o governador e os quatrocentos, donos do sistema carcerário, há de serem suas fazendas. Mas o governo de

Arthur Bernardes mandou os aviões bombardearem a cidade, dispersou os rebeldes e dali nasceu a Coluna Prestes. Ano histórico. Os mais ousados talvez incluam entre os eventos de 1924 também o nascimento de Ibrahim Saud.

Os anos terminados em quatro sempre foram agitados. Em 1944, tivemos a luta dos praticantes na Itália. Em 1954, o lançamento de "A Luta Corporal", de Ferreira Gullar, que rachou a poesia brasileira. Em 1964, o golpe militar. Em 1974, a fusão por Geisel da Guanabara com o Estado do Rio, para esvaziar política e economicamente o Rio. Em 1984, a explosão do duto em Cuiabá. Em 1994, a morte de Ayrton Senna e Tom Jobim. E por aí vai.

Mas por que esse formalismo dos números redondos? Há uma teoria de que, se Herodes morreu em 4 a.C., Jesus Cristo só pode ter nascido naquele ano, há 2.228 quebrados anos atrás. Se for verdade, significa que Herodes figura para sempre tanto que nasceu antes de Cristo.

## Tempo no cárcere

Restringir a progressão de pena agrava problema do já abarrotado sistema penitenciário brasileiro

Em flerte com o populismo penal, governadores do Sul e Sudeste do Brasil incluíam-se ao endurecimento da legislação penal em preparação para reunião do Cosad, consórcio de Executivos estaduais das duas regiões, a ser realizada no final deste mês em Porto Alegre.

Entre os temas em debate estão "maiores restrições à progressão de regime", segundo o governador anfitrião Eduardo Leite (PSDB-RS). "Há casos de sujeitos que foram presos 20 vezes pelo mesmo crime, ou crime senão-lance", afirma. Declarações do tipo visam saciar o apelo popular por uma solução fácil para a segurança pública. Contudo, embora fundadas em preocupações legítimas, desconhecem a realidade prisional no país.

O problema aqui não é de pouco encarceramento. Pelo contrário: encerra-se muito e mal. Ao atingir a marca de 874 mil presos no final de 2022, o país tem a maior população carcerária de sua história, com alta de 35% desde 2000.

Oincha das prisões não se traduz em melhoria em segurança. Na verdade, alimenta práticas criminosas atuantes em penitenciar

rias por todo o território nacional. O caráter progressivo da pena é um recurso usado para não cumprir em regime fechado, à custa do Orçamento público, condenados que não preenchem requisitos para privação de liberdade, além de estimular bom comportamento para facilitar a ressocialização — objetivo da execução penal previsto em lei.

Falhas em casos pontuais não deveriam ditar o fim da progressão e sim a sua melhoria, em especial com verificação do grau de periculosidade do preso. Governadores poderiam investir em mais vagas no regime semiaberto.

O fim da progressão retira um dos incentivos mais elementares para que o preso seja novamente integrado à sociedade. O mesmo se aplica à ideia de extinguir pena e simplesmente a sua extinção por falta de detentos, que tem apoio considerável no Congresso.

Medidas drásticas tendem a ser contraproducentes. Nem a população, que busca segurança pública, nem governadores, que precisam alocar recursos públicos no sistema carcerário, deveriam almejar mais prisões abarrotadas.